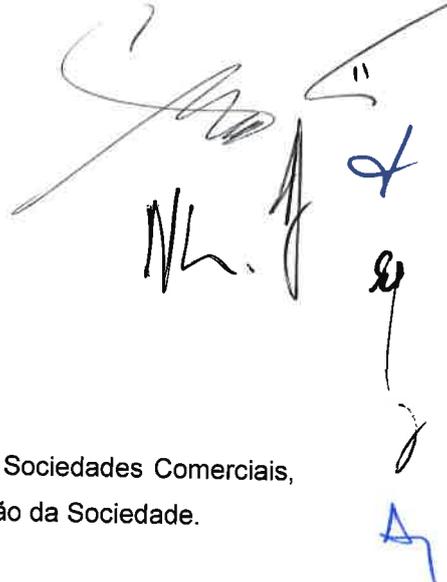


Relatório e Contas 2016

**Willis - Corretores de
Seguros, S.A.**



RELATÓRIO DE GESTÃO
Exercício de 2016



Em cumprimento do disposto nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, apresentamos em relação ao exercício de 2016, o Relatório da Gestão da Sociedade.

A Willis – Corretores de Seguros S.A., doravante designada por “Sociedade” ou “Willis”, exerce a atividade de corretagem no setor de seguros a partir da sua sede social na Avenida da Liberdade, nº 49, 4º andar, 1250 -139 Lisboa e do seu escritório situado na Av. Sidónio Pais, nº 379, Edifício B – 2º piso – Sala 8, 4100-468 Porto.

1) Enquadramento Macroeconómico

De acordo com os dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística a economia portuguesa cresceu 1,4% em 2016, muito devido ao crescimento verificado no último trimestre deste ano, sendo no entanto um valor que fica duas décimas abaixo do registado em 2015 (1,6%), e aquém da meta inicialmente fixada pelo Governo no Orçamento do Estado em 1,8%. Na zona euro a economia cresceu 1,7% no mesmo período de acordo com os dados divulgados pelo Eurostat.

Esta aceleração sentida no final do ano é maioritariamente devida a um maior aumento da procura interna, em parte motivado pela recuperação do consumo das famílias e um maior investimento. No entanto, este crescimento é fortemente condicionado pelo forte endividamento que é ainda sentido no sector público e privado, conjugado ainda com um fraco dinamismo da procura externa.

Este final de ano mais forte da economia portuguesa tem igualmente impacto nas contas públicas que registam em 2016 um défice orçamental de 2,3%, valor ainda em níveis bastante elevados, cumprindo no entanto as metas fixadas pela União Europeia para 2016 e mantendo a tendência de consolidação e equilíbrio dos saldos públicos, que vem sendo conjugada com os ajustamentos estruturais necessários.

Ao nível do emprego mantem-se a tendência de diminuição da taxa de desemprego verificada desde 2013, fixando-se em 2016 nos 11,10%. A taxa de inflação mantem-se quase inalterada nos 0,6%, face aos 0,5% registados em 2015.

2) Setor Segurador

O mercado segurador português verificou em 2016 um volume de prémios de seguro directo na ordem dos 10,8 mil milhões de euros reflectindo um decréscimo no sector de cerca de 14,4% face ao ano transacto.

Esta diminuição é devida à retracção que se vem sentindo na componente Vida ao longo dos últimos anos. Os ramos Vida têm vindo a registar diminuições acentuadas em função do clima económico adverso, tendo este ano registado uma queda de 23,3% face a 2015. Apesar desta redução, os ramos Vida ainda continuam a representar cerca de dois terços do mercado de seguro directo português.

Os ramos Não Vida registam um ligeiro crescimento de cerca de 5% em 2016, contribuindo particularmente para este valor o aumento verificado nos ramos de acidentes de trabalho (12%).

Foi um ano também marcado pela continuação da tendência de consolidação no mercado de Seguradoras Portugêses, que faz com que cada vez tenhamos menos operadores no mercado nacional.

Verificou-se no final do ano uma correcção das taxas técnicas de subscrição, em alta, nomeadamente no ramo de Acidentes de Trabalho e de alguma forma também em Saúde.

3) Atividade Operacional

Em 2016 o volume de negócios da Willis ascendeu a 6.811.791 euros, que representa um crescimento superior a 5% tal como no ano transacto.

Os Fornecimentos e Serviços Externos, rubrica com forte impacto nos resultados, cresceram de forma não regular, devido à nova política de imputação de custos de estrutura por parte da nossa casa-mãe.

Face ao supra exposto, o EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos) diminui em 19%.

RENDIMENTOS E GASTOS	2016	2015	Var %
Serviços prestados	6.811.791	6.461.564	5%
Fornecimentos e serviços externos	(1.541.014)	(881.108)	75%
Gastos com o pessoal	(3.254.667)	(3.209.502)	1%
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	(13.131)	(1.752)	649%
Provisões ((aumentos) / reduções)	(66.990)	(12.000)	458%
Outros rendimentos e ganhos	20.212	6.010	236%
Outros gastos e perdas	(141.242)	(123.749)	14%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1.814.959	2.239.463	-19%

Os juros obtidos resultam de aplicações financeiras concretizadas dentro do Grupo Willis Towers Watson os quais cresceram 63% face ao ano transacto, devido ao aumento nas taxas de remuneração.

RENDIMENTOS E GASTOS	2016	2015	Var %
Juros e rendimentos similares obtidos	27.477	16.811	63%
Juros e gastos similares suportados	-	(1)	-100%
Resultado antes de impostos	27.477	16.810	63%

4) Objectivos concretizados em 2016

- Crescimento sustentado de novos clientes e volume de negócios.
- Manutenção dos elevados rácios de retenção de clientes em carteira.
- Consolidação do projecto "Contratação Publica".
- Estabilização da equipa de Resseguro Facultativo.
- Criação do projecto Affinities.
- Especial atenção às sinergias de cross selling, resultantes da fusão com a Towers Watson.

5) Recursos Humanos

O número de postos de trabalho aumentou de 66 para 69 em 2016 de modo a fazer face ao aumento de carteira, mantendo o nível de qualidade de serviço a que habituámos os nossos clientes.

Durante 2016 os nossos colaboradores foram incentivados a participar ativamente nas seguintes ações de responsabilidade social:

- 1) Desenvolvimento de uma campanha de angariação de roupa interior para a organização *Smalls for all* (<http://www.smallsforall.org/>) que desenvolve trabalhos de ação humanitária com crianças e mulheres em Africa;

Handwritten signature and initials in blue ink.

- 2) 7 colaboradores voluntários colaboraram num projeto de um dia de obras de recuperação numa casa de uma família carenciada em Lisboa. Este projeto foi desenvolvido em parceria com a Associação sem fins lucrativos *Just a Change* (<http://www.justachange.pt>);
- 3) No mês de Maio promovemos o *Pink Day* nos nossos escritórios que consistiu numa campanha de angariação de fundos para a luta contra o cancro. Os fundos conseguidos foram entregues à Associação Portuguesa de Apoio à Mulher com Cancro da Mama.
- 4) Especial atenção dada a Inclusion & Diversity através de acções de formação internas e criação de grupo de trabalho dedicado a este tema.

6) Resultado Líquido

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido tenha a seguinte aplicação:

Conta	Valor em Euros
Distribuição de Dividendos	1.363.840

7) Perspetivas futuras

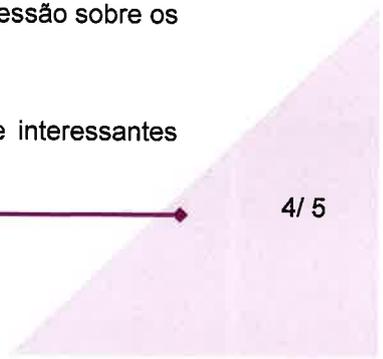
As perspetivas para 2017, em termos económico-sociais continuarão a ser desafiantes. Existem algumas incertezas resultantes da instabilidade político-financeira Portuguesa, que leva a retração por parte de empresários, quer quanto a novos investimentos, quer quanto a desenvolvimento visível dos atuais negócios.

Esperamos um ano pouco animador e sem grandes novidades em termos de novos negócios puros.

A tendência de subida dos preços de subscrição de riscos já iniciada em 2016 parece ter já assumida a sua continuidade durante 2017.

Outro fator importante a observar com cuidado em 2017 é a consolidação que está a acontecer no mercado segurador, com diversos processos de fusões e aquisições, com a oferta cada vez mais concentrada em menos players. Vai continuar a existir pressão sobre os preços, em alta, por falta de maior oferta.

Com o arranque definitivo de Solvência II, antevemos tempos desafiantes e interessantes para todos os intervenientes neste mercado.



Estes processos referidos vão certamente levar a alguns movimentos de concentração no nosso mercado de corretagem. Estaremos atentos a eventuais oportunidades.

8) Informações Diversas

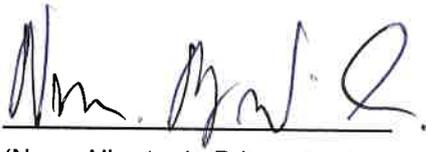
Nos termos do estipulado no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro informamos que a situação da sociedade perante Segurança Social, encontra-se regularizada.

Igualmente, não existem dívidas em mora ao Estado nos termos do Decreto Lei 534/80.

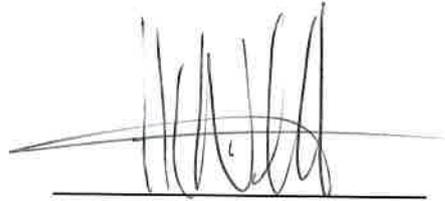
O Relatório de Gestão e os respetivos documentos de prestação de contas estão à disposição dos acionistas, na sede da Sociedade.

Lisboa, 30 de março de 2017

O Conselho de Administração,



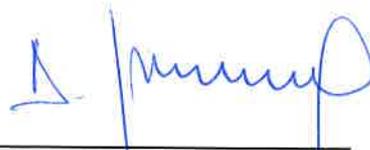
(Nuno Alberto de Brito e Cunha)
(Presidente)



(Hugh Crispin Stilwell)
(Vice-Presidente)



(António José Gomes Madureira)



(Antonio Serrats Iriarte)



(Jaime Castellanos Borrego)



(Enrique Santos Pereira)



(Jaime Roque de Pinho D'Almeida)



(Florentino S. Almeida Conde)

WILLIS - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

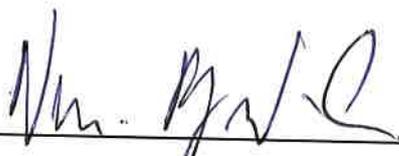
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	38.624	39.361
Ativos intangíveis	5	-	-
Ativos por impostos diferidos	7	144.582	150.535
Total do ativo não corrente		183.206	189.896
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	8	1.365.730	1.024.606
Estado e outros entes públicos	9	13.194	-
Acionistas	10	1.810.464	1.415.418
Outras contas a receber	8	312.728	1.415.481
Diferimentos	11	51.778	71.747
Caixa e depósitos bancários	4	2.903.711	2.338.717
Total do ativo corrente		6.457.605	6.265.969
Total do ativo		6.640.811	6.455.865
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	12	600.000	600.000
Reserva legal	12	120.000	120.000
		720.000	720.000
Resultado líquido do exercício		1.363.840	1.651.092
Total do capital próprio		2.083.840	2.371.092
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	13	566.990	500.000
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	14	-	189.039
Total do passivo não corrente		566.990	689.039
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	15	2.712.325	2.642.497
Estado e outros entes públicos	9	220.876	224.141
Acionistas	10	458.706	-
Outras contas a pagar	15	593.149	509.233
Diferimentos		4.925	19.863
Total do passivo corrente		3.989.981	3.395.734
Total do passivo		4.556.971	4.084.773
Total do capital próprio e do passivo		6.640.811	6.455.865

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2016.

O Conselho de Administração:



(Nuno Alberto de Brito e Cunha)

(Presidente)

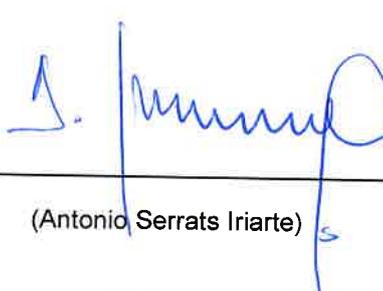


(Hugh Crispin Stilwell)

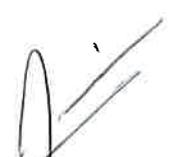
(Vice-Presidente)



(António José Gomes de Madureira)



(Antonio Serrats Iriarte)



(Jaime Castellanos Borrego)



(Enrique Santos Pereira)



(Jaime Roque de Pinho D'Almeida)



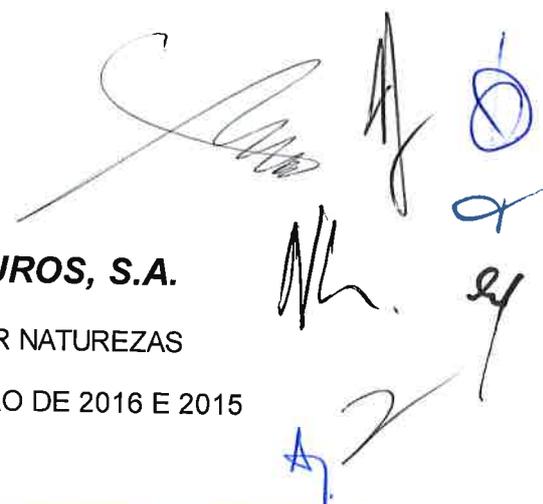
(Florentino S. Almeida Conde)

O Contabilista Certificado:



(Eulália Maria Machado Gomes)

BALANÇOS



WILLIS - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2016	2015
Serviços prestados	16	6.811.791	6.461.564
Fornecimentos e serviços externos	17	(1.541.014)	(881.108)
Gastos com o pessoal	18	(3.254.667)	(3.209.502)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	8	(13.131)	(1.752)
Provisões ((aumentos) / reduções)	13	(66.990)	(12.000)
Outros rendimentos e ganhos	19	20.212	6.010
Outros gastos e perdas	19	(141.242)	(123.749)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.814.959	2.239.463
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	5	(14.412)	(23.796)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.800.547	2.215.667
Juros e rendimentos similares obtidos	20	27.477	16.811
Juros e gastos similares suportados		-	(1)
Resultado antes de impostos		1.828.024	2.232.477
Impostos sobre o rendimento do exercício	21	(464.184)	(581.385)
Resultado líquido do exercício		1.363.840	1.651.092
Resultado por ação básico		11,4	13,8

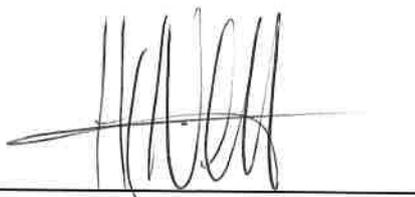
O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O Conselho de Administração:



(Nuno Alberto de Brito e Cunha)

(Presidente)



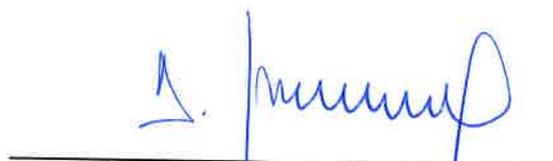
(Hugh Crispin Stilwell)

(Vice-Presidente)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS



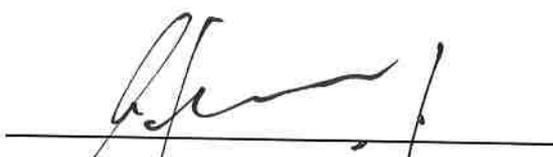
(António José Gomes de Madureira)



(Antonio Serrats Iriarte)



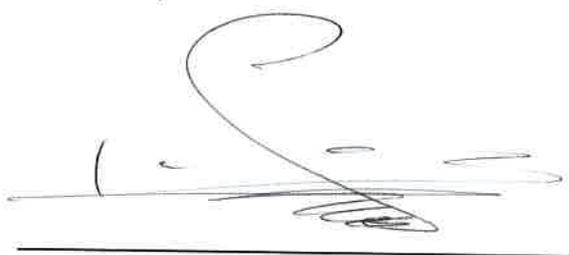
(Jaime Castellanos Borrego)



(Enrique Santos Pereira)



(Jaime Roque de Pinho D'Almeida)



(Florentino S. Almeida Conde)

O Contabilista Certificado:



(Eulália Maria Machado Gomes)

WILLIS - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

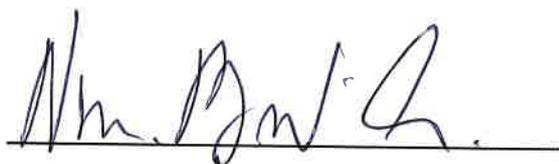
DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital realizado	Reserva legal	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldos em 31 de dezembro de 2014		<u>600.000</u>	<u>120.000</u>	<u>1.489.184</u>	<u>2.209.184</u>
Resultado líquido do exercício		-	-	1.651.092	1.651.092
Operações com detentores de capital no exercício					
Distribuição de dividendos	12	-	-	(1.489.184)	(1.489.184)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>600.000</u>	<u>120.000</u>	<u>1.651.092</u>	<u>2.371.092</u>
Resultado líquido do exercício		-	-	1.363.840	1.363.840
Operações com detentores de capital no exercício					
Distribuição de dividendos	12	-	-	(1.651.092)	(1.651.092)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>600.000</u>	<u>120.000</u>	<u>1.363.840</u>	<u>2.083.840</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O Conselho de Administração:



(Nuno Alberto de Brito e Cunha)

(Presidente)



(Hugh Crispin Stilwell)

(Vice-Presidente)

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

(António José Gomes de Madureira)

(Antonio Serrats Iriarte)

(Jaime Castellanos Borrego)

(Enrique Santos Pereira)

(Jaime Roque de Pinho D'Almeida)

(Florentino S. Almeida Conde)

O Contabilista Certificado:

(Eulália Maria Machado Gomes)

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

WILLIS - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

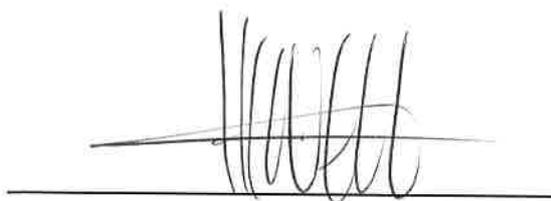
	Notas	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		7.594.259	7.810.828
Pagamentos a fornecedores		(1.380.155)	(1.088.613)
Pagamentos ao pessoal		(3.106.743)	(3.119.924)
Caixa gerada pelas operações		3.107.361	3.602.291
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento		(576.417)	(463.923)
Movimentação de depósitos à ordem relativos a fundos de cliente	4	378.926	(627.833)
Outros recebimentos / pagamentos		(392.281)	(143.924)
Fluxos das atividades operacionais [1]		2.517.589	2.366.611
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(13.716)	(11.724)
Outros ativos		-	(661.662)
		(13.716)	(673.386)
Recebimentos provenientes de:			
Outros ativos		66.609	-
Juros e rendimentos similares		24.530	91.139
		91.139	21.149
		21.149	21.149
Fluxos das atividades de investimento [2]		77.423	(652.237)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos	12	(1.651.092)	(1.651.092)
		(1.651.092)	(1.489.184)
		(1.489.184)	(1.489.184)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(1.651.092)	(1.489.184)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		943.920	225.190
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	581.980	356.790
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	1.525.900	581.980

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O Conselho de Administração:



(Nuno Alberto de Brito e Cunha)
(Presidente)



(Hugh Crispin Stilwell)
(Vice-Presidente)

(António José Gomes de Madureira)

(Antonio Serrats Iriarte)

(Jaime Castellanos Borrego)

(Enrique Santos Pereira)

(Jaime Roque de Pinho D'Almeida)

(Florentino S. Almeida Conde)

O Contabilista Certificado:

(Eulália Maria Machado Gomes)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Willis – Corretores de Seguros, S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anónima com sede em Lisboa, constituída em 1956, tendo como atividade principal a corretagem de seguros.

Conforme indicado na Nota 12, o capital da Sociedade é detido em 99,95% pela Willis Iberia Correduría de Seguros y Reaseguros S.A., entidade incluída no perímetro de consolidação da Willis Towers Watson, PLC, sediada na Irlanda. Consequentemente, as operações e transações da Sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo ao qual pertence. Os principais saldos e transações realizadas com as entidades do Grupo Willis encontram-se detalhados na Nota 10.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião de 30 de março de 2017.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

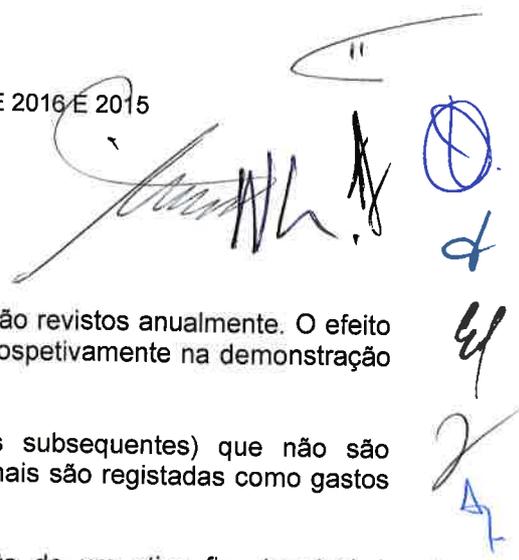
3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que os bens se encontram em condições de ser utilizados, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Equipamento administrativo	3 - 8
Equipamento básico	4 - 10



As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Sociedade mantém um conjunto de contratos de Aluguer de Longa Duração (ALD), os quais, face às suas especificidades e de acordo com o preconizado na NCRF 9 - Locações, são reconhecidos nas demonstrações financeiras anexas como alugueres operacionais (Nota 6).

As rendas de locações operacionais são reconhecidas como gastos do exercício na rubrica "Fornecimentos e serviços externos", da demonstração dos resultados, de forma linear durante o período do contrato de locação.

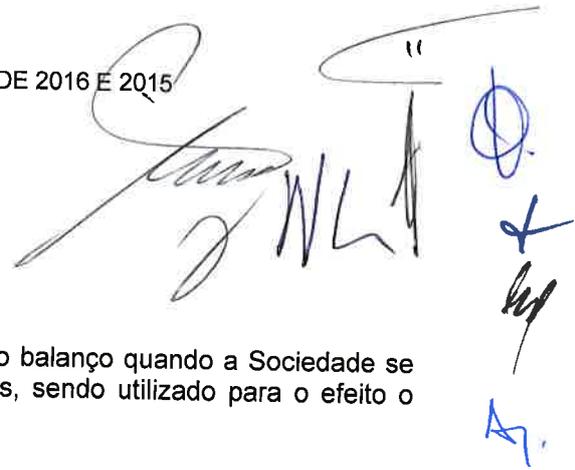
3.4 Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende, essencialmente, gastos com a aquisição de software utilizado no desenvolvimento da atividade da Sociedade.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas.

As amortizações são registadas como gastos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software, que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são contabilizadas como gasto do exercício em que são incorridas.



3.5 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método da taxa de juro efetiva.

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) *Cientes e outras contas a receber*

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Habitualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) *Caixa e depósitos bancários*

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

c) *Empréstimos concedidos a empresas do Grupo*

Os empréstimos a empresas do Grupo, incluídos na rubrica “Acionistas”, são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

d) *Fornecedores e outras contas a pagar*

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo ou ao custo amortizado. Habitualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(ii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade, a reconhecer, corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato. Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Habitualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber” da demonstração dos resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber”.

(iii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Sociedade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Sociedade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.6 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de estornos, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

A Sociedade reconhece o rédito de acordo com as comissões angariadas nas prestações de serviços efetuadas no âmbito da atividade de corretagem de seguros e na elaboração de projetos de consultoria de seguros, sob a forma de honorários.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

Prestação de serviços de corretagem de seguros

O Grupo Willis reconhece os rendimentos relacionados com a prestação de serviços de corretagem de seguros (comissões) na data de início do período de risco mediado, tendo em conta que todo o trabalho de angariação e de renovação das apólices de seguro é

efetuado até àquela data. Desta forma, não existe lugar ao reconhecimento de rendimento ou gasto posterior a essa data.

Honorários de consultoria

O rédito proveniente de honorários é reconhecido segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.7 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuados na preparação das demonstrações financeiras anexas estão relacionados com o reconhecimento do rédito associado à prestação de serviços e respetiva especialização.

Estimativas utilizadas no cálculo das comissões

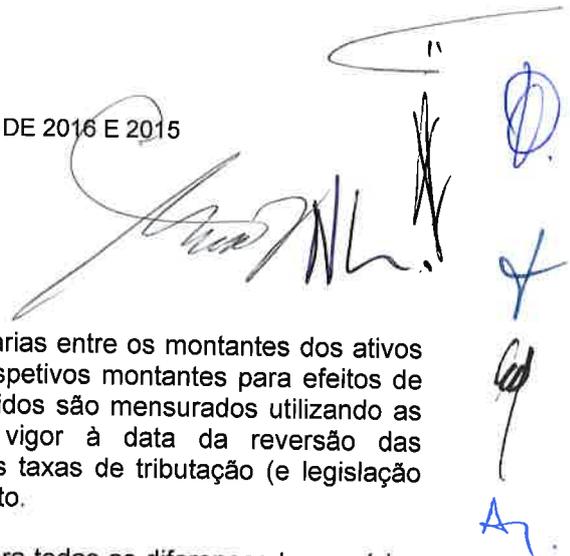
Em caso de não conclusão, à data do encerramento do exercício, da negociação com clientes e/ou seguradoras sobre os valores finais a constarem nos contratos de seguro, as estimativas são efetuadas com base nos seguintes aspetos:

- i) Últimos valores apresentados pela seguradora no decurso da negociação; e
- ii) Valores constantes na apólice imediatamente anterior (em caso de renovação).

3.8 Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício registados na demonstração dos resultados correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Sociedade. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.



Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.9 Benefícios pós-emprego

Durante o exercício de 2015, a responsabilidade da Sociedade consubstanciava-se num plano de benefícios definidos e, para efeitos do seu registo contabilístico, era adotado o disposto na NCRF 28 – Benefícios dos empregados.

As responsabilidades da Sociedade relacionadas com este plano eram determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato. Os ganhos e perdas atuariais, bem como o custo dos serviços passados, eram reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica “Gastos com pessoal”.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço na rubrica “Responsabilidades por benefícios pós-emprego” representava o valor presente da correspondente obrigação, deduzido do justo valor dos ativos do plano de pensões.

Durante 2016, a Sociedade alterou o plano de contribuições complementares de reforma atribuído aos seus colaboradores para um plano de contribuições definidas que abrange a totalidade dos seus colaboradores.

As contribuições realizadas pela Sociedade para o plano de contribuições definidas são registadas como custo do exercício.

3.10 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são registadas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando

benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11 Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são faturados. As diferenças entre os montantes faturados e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.12 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

São excluídos os depósitos à ordem onde a Sociedade deposita os fundos recebidos de clientes (Nota 22), uma vez que existem restrições regulamentares à movimentação destas contas por parte da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, caixa e seus equivalentes apenas inclui depósitos bancários e é composta como se segue:

	2016	2015
Depósitos à ordem		
· Fundos recebidos de clientes (Nota 22)	1.377.811	1.756.737
· Fundos da atividade operacional	1.525.900	581.980
	<u>2.903.711</u>	<u>2.338.717</u>

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido nas rubricas de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis foi o seguinte:

	2016						Saldo final		
	Saldo inicial		Aquisições	Amortizações e depreciações do exercício	Abates	Valor Bruto	Amortizações e depreciações Acumuladas	Valor Líquido	
	Valor Bruto	Amortizações e depreciações acumuladas							Valor Líquido
Ativos fixos tangíveis									
Equipamento administrativo	466.265	(433.920)	13.716	(11.597)	(41)	479.940	(445.517)	34.423	
Equipamento básico	50.844	(43.828)	-	(2.815)	-	50.844	(46.643)	4.201	
	<u>517.109</u>	<u>(477.748)</u>	<u>13.716</u>	<u>(14.412)</u>	<u>(41)</u>	<u>530.784</u>	<u>(492.160)</u>	<u>38.624</u>	
Ativos Intangíveis									
Software	245.904	(245.904)	-	-	-	245.904	(245.904)	-	
	<u>245.904</u>	<u>(245.904)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>245.904</u>	<u>(245.904)</u>	<u>-</u>	
	<u>763.013</u>	<u>(723.652)</u>	<u>13.716</u>	<u>(14.412)</u>	<u>(41)</u>	<u>776.688</u>	<u>(738.064)</u>	<u>38.624</u>	

	2015						Saldo final		
	Saldo inicial		Aquisições	Amortizações e depreciações do exercício	Valor Bruto	Amortizações e depreciações Acumuladas	Valor Líquido		
	Valor Bruto	Amortizações e depreciações acumuladas						Valor Líquido	
Ativos fixos tangíveis									
Equipamento administrativo	454.541	(413.765)	11.724	(20.155)	466.265	(433.920)	32.345		
Equipamento básico	50.844	(40.187)	-	(3.641)	50.844	(43.828)	7.016		
	<u>505.385</u>	<u>(453.952)</u>	<u>11.724</u>	<u>(23.796)</u>	<u>517.109</u>	<u>(477.748)</u>	<u>39.361</u>		
Ativos Intangíveis									
Software	245.904	(245.904)	-	-	245.904	(245.904)	-		
	<u>245.904</u>	<u>(245.904)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>245.904</u>	<u>(245.904)</u>	<u>-</u>		
	<u>763.013</u>	<u>(699.856)</u>	<u>11.724</u>	<u>(23.796)</u>	<u>763.013</u>	<u>(723.652)</u>	<u>39.361</u>		

6. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Sociedade é locatária em contratos de locação operacional relacionados com veículos e com as suas instalações, os quais se encontram denominados em euros.

Os pagamentos mínimos não canceláveis das locações operacionais, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são detalhados conforme se segue:

	2016	2015
Até 1 ano	196.592	147.500
Entre 1 ano e 5 anos	275.956	137.460
	<u>472.548</u>	<u>284.960</u>

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhado conforme se segue:

	2016	2015
Pagamentos mínimos	239.476	233.191
Outros	18	1.922
	<u>239.494</u>	<u>235.113</u>

7. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe da rubrica “Ativos por impostos diferidos” em 31 de dezembro de 2016 e 2015, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

	2016	2015
Diferenças derivadas de provisões não aceites fiscalmente	144.582	127.500
Diferenças derivadas de benefícios pós-emprego	-	23.035
	<u>144.582</u>	<u>150.535</u>

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi o seguinte:

	2016	2015
Saldo inicial	150.535	148.164
Reforços (Nota 21)	17.082	2.371
Reduções (Nota 21)	(23.035)	-
	<u>144.582</u>	<u>150.535</u>

8. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos de clientes e de outras contas a receber apresentavam a seguinte composição:

	2016			2015		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes						
· Conta corrente	1.289.365	-	1.289.365	1.005.385	-	1.005.385
· Clientes de cobrança duvidosa	40.915	(28.815)	12.100	23.177	(20.277)	2.900
· Outros valores a receber	64.265	-	64.265	16.321	-	16.321
	<u>1.394.545</u>	<u>(28.815)</u>	<u>1.365.730</u>	<u>1.044.883</u>	<u>(20.277)</u>	<u>1.024.606</u>
Outras contas a receber						
· Devedores por acréscimos de rendimentos						
· Serviços prestados a faturar	286.463	-	286.463	1.385.803	-	1.385.803
· Outros devedores						
· Cauções relativas a contratos de arrendamento	21.368	-	21.368	21.368	-	21.368
· Adiantamentos ao pessoal	3.026	-	3.026	625	-	625
· Outros	6.464	(4.593)	1.871	7.685	-	7.685
	<u>317.321</u>	<u>(4.593)</u>	<u>312.728</u>	<u>1.415.481</u>	<u>-</u>	<u>1.415.481</u>
	<u>1.711.866</u>	<u>(33.408)</u>	<u>1.678.458</u>	<u>2.460.364</u>	<u>(20.277)</u>	<u>2.440.087</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos – Serviços prestados a faturar” refere-se ao valor estimado de comissões de corretagem e honorários por serviços prestados, cuja faturação ocorre no exercício seguinte (Notas 3.6 e 3.7).

O movimento ocorrido na perda por imparidade acumulada de dívidas a receber e de outros devedores, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, pode ser detalhado da seguinte forma:

	2016	2015
Clientes de cobrança duvidosa		
Saldo inicial	20.277	18.525
Reforços	28.815	20.277
Reversões	(20.277)	(18.525)
	<u>28.815</u>	<u>20.277</u>
Outros devedores		
Saldo inicial	-	-
Reforços	4.593	-
	<u>4.593</u>	<u>-</u>

O efeito líquido dos reforços e reversões da perda por imparidade acumulada de dívidas a receber e de outros devedores no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de 13.131 euros (1.752 euros em 2015) encontra-se registado na rubrica da demonstração dos resultados "Imparidade de dívidas a receber".

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2016	2015
<u>Saldos devedores</u>		
Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)		
Pagamentos por conta	464.889	-
Retenções na fonte	6.536	-
Estimativa de imposto (Nota 21)	(458.231)	-
	<u>13.194</u>	<u>-</u>
<u>Saldos credores</u>		
Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)		
Estimativa de imposto (Nota 21)	-	588.214
Pagamentos por conta	-	(475.683)
Retenções na fonte	-	(7.539)
	<u>-</u>	<u>104.992</u>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	52.234	44.692
Imposto sobre o Valor Acrescentado	108.399	14.153
Contribuições para a Segurança Social	58.994	59.310
Outros Impostos	1.249	994
	<u>220.876</u>	<u>224.141</u>

10. PARTES RELACIONADAS

As demonstrações financeiras da Sociedade são consolidadas na Willis Iberia Correduría de Seguros y Reaseguros S.A, sediada em Madrid e com endereço postal em Paseo de la Castellana nº 36-38, 28046 Madrid, a qual é uma entidade controlada pela Willis Group Holdings PLC, com sede na Irlanda.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os principais saldos mantidos com entidades do Grupo Willis tinham a seguinte composição:

	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<u>Saldos relacionados com a atividade de corretagem</u>				
Grass Savoye	37.917	-	31.431	-
Willis Group Services Limited	-	26.430	-	19.949
Willis Barcelona	-	24.414	-	7.201
Willis Global	16.800	3.564	-	-
Willis Chile	15.520	-	-	-
Willis South Africa	-	7.000	-	-
Willis NY	3.557	-	-	-
Willis Amsterdam	3.000	-	-	-
Willis GmbH	3.000	-	2.500	842
Willis Itália	500	-	500	-
Willis Insurance Services	-	-	15.520	-
Willis Ibéria	-	-	5.500	77.000
Willis AB	-	-	2.600	-
Willis Minnesota Inc	-	-	2.394	-
Willis Massachusetts	-	-	2.250	-
	<u>80.294</u>	<u>61.408</u>	<u>62.695</u>	<u>104.992</u>
<u>Outros saldos</u>				
Willis Group Services Limited	1.714.268	458.706	1.359.711	-
Willis Ibéria	96.196	-	55.707	-
	<u>1.810.464</u>	<u>458.706</u>	<u>1.415.418</u>	<u>-</u>
	<u>1.890.758</u>	<u>520.114</u>	<u>1.478.113</u>	<u>104.992</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Sociedade apresenta um saldo ativo com a Willis Group Services Limited nos montantes de 1.714.268 euros e 1.359.711 euros, respetivamente, que corresponde a empréstimos concedidos a esta entidade, com maturidades inferiores a um ano, e que vencem juros a taxas correntes de mercado (Nota 20). Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade mantinha um saldo passivo com esta entidade no valor de 458.706 euros que corresponde ao valor dos gastos imputados à Sociedade relativamente ao exercício de 2016 ao abrigo do *Master Agreement* celebrado com a Willis Group Services Limited.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos relacionados com a atividade de corretagem correspondem aos valores a receber ou a pagar a outras entidades do Grupo Willis, devidas por referenciação de clientes, pela gestão local de programas de seguros de clientes internacionais ou por trabalhos especializados prestados entre estas entidades, de modo a aproveitar sinergias dentro do grupo Willis, sempre de acordo com as condições definidas pelo Grupo. Estes saldos encontram-se registados nas rubricas "Clientes" e "Fornecedores".

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes expressos em euros)

As principais transações efetuadas pela Sociedade com empresas do Grupo Willis, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, tiveram o seguinte reflexo ao nível das respetivas demonstrações dos resultados:

	2016	2015
Serviços prestados	522.983	668.746
Fornecimentos e serviços externos	(482.060)	(71.133)
Juros e rendimentos similares obtidos (Nota 20)	27.477	16.636
	<u>68.400</u>	<u>614.249</u>

O montante incluído em “Serviços prestados” corresponde a comissões recebidas, por referência de clientes, pela gestão local de programas de seguros de clientes internacionais ou por trabalhos especializados prestados entre estas entidades, de modo a aproveitar sinergias dentro grupo Willis, líquidas de comissões cedidas a outras empresas do Grupo Willis.

11. DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Seguros	22.818	52.046
Rendas	14.763	14.745
Outros custos diferidos	14.197	4.956
	<u>51.778</u>	<u>71.747</u>

12. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital da Sociedade, totalmente subscrito e realizado, era composto por 120.000 ações com o valor nominal de cinco euros cada e é detido em 99,95% pela Willis Iberia Correduría de Seguros Y Reaseguros, S.A..

Reserva legal:

A legislação comercial estabelece que, no mínimo, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Aplicação do resultado:

Nas Assembleias Gerais de Acionistas, realizadas em 7 de abril de 2016 e 31 de março de 2015 foi deliberado que os resultados líquidos referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, nos montantes de 1.651.092 euros e 1.489.184 euros, respetivamente, fossem integralmente distribuídos aos Acionistas.

13. PROVISÕES

O movimento ocorrido na rubrica “Provisões” durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, pode ser detalhado da seguinte forma:

	2016	2015
Provisão para outros riscos e encargos		
Saldo inicial	500.000	488.000
Reforços	66.990	12.000
	566.990	500.000

A provisão constituída destina-se a fazer face a responsabilidades decorrentes da atividade da Sociedade.

14. RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Em exercícios anteriores, a Sociedade tinha relevado o compromisso de conceder aos participantes no seu plano (trabalhadores admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995), uma pensão de reforma por velhice atribuída sobre a forma de renda vitalícia (14 meses) na data normal da reforma, de acordo com os benefícios previstos pelo Contrato Coletivo de Trabalho (“CCT”) para a Indústria Seguradora.

No exercício de 2014 a Administração da Sociedade obteve clarificações através dos seus consultores legais, que deveria proceder à transição definitiva de todos os seus colaboradores para o CCT aplicável ao setor da mediação de seguros (celebrado pela APROSE), o qual não define que as mediadoras tenham de conceder qualquer reforma por velhice aos colaboradores. Contudo, atendendo à expectativa já criada nos seus colaboradores admitidos até 1995, a Administração da Sociedade decidiu continuar a assumir aquelas responsabilidades com os mesmos, até conclusão da avaliação de uma solução alternativa.

Durante 2016, a Sociedade alterou o plano de contribuições complementares de reforma atribuído aos seus colaboradores para um plano de contribuições definidas que abrange a totalidade dos seus colaboradores, tendo registado um ganho de 151.092 euros resultante do desreconhecimento das responsabilidades referentes ao anterior plano. Na sequência desta decisão, o património do Fundo passou a ser gerido pela Generali através da subscrição de unidades de participação de um seguro de capitalização gerido por esta entidade.

Em 31 de dezembro de 2015, as responsabilidades com pensões foram determinadas com base em estudos atuariais efetuados por uma entidade seguradora independente e os pressupostos técnicos utilizados foram os seguintes:

Método atuarial	Projected Unit Credit
Tábua de mortalidade	TPRV 93
Idade normal de reforma	66 anos
Taxa de desconto	2,5%
Taxa de rendimento	2%
Taxa de crescimento salarial	1%

Em 31 de dezembro de 2015, as responsabilidades por benefícios pós-emprego podiam ser detalhadas como segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes expressos em euros)

Responsabilidades com colaboradores abrangidos pelo plano de pensões	151.092
Responsabilidades com pensionistas (não abrangidos pelo plano)	37.947
	<u>189.039</u>

Em 31 de dezembro de 2015, o valor atual das responsabilidades com serviços passados e as coberturas existentes, relativamente a colaboradores abrangidos pelo plano, podiam ser detalhados como segue:

Responsabilidade com colaboradores	<u>1.200.302</u>
Valor do fundo autónomo	1.118.601
Responsabilidade provisionada	151.092
	<u>1.269.693</u>
% cobertura global	106%

Em 31 de dezembro de 2015, as responsabilidades com pensões de reforma de pensionistas não abrangidos pelo plano correspondia ao montante da avaliação atuarial solicitada pela Sociedade relativamente a complementos de reforma de um pensionista e ascendia a 37.947 euros. Durante o exercício de 2016, em consequência do óbito do seu beneficiário, a Sociedade desreconheceu estas responsabilidades, tendo registado um proveito naquele montante (Nota 18).

Durante os exercícios de 2016 e de 2015, a Sociedade não efetuou entregas ao fundos de pensões.

15. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores		
. Companhias de seguros (Nota 22)	2.597.506	2.598.450
. Outros fornecedores	114.819	44.047
	<u>2.712.325</u>	<u>2.642.497</u>
Outras contas a pagar		
. Credores por acréscimos de gastos		
. Remunerações e respetivos encargos	377.240	361.580
. Honorários	55.800	38.127
. Seguros	11.805	13.278
. Outros	56.513	81.376
. Credores (sub-agentes)	83.705	12.837
. Outros credores	8.086	2.035
	<u>593.149</u>	<u>509.233</u>
	<u>3.305.474</u>	<u>3.151.730</u>

16. SERVIÇOS PRESTADOS

As prestações de serviços efetuadas pela Sociedade, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, resultaram, essencialmente, de operações realizadas em Portugal e podem ser detalhadas como se segue:

	2016	2015
Atividade de corretagem	6.120.562	5.664.015
Honorários	691.229	797.549
	<u>6.811.791</u>	<u>6.461.564</u>

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Trabalhos especializados	685.933	133.595
Rendas e alugueres	292.366	304.386
Comissões	171.405	78.992
Seguros	70.179	82.966
Comunicação	68.298	66.656
Deslocações e estadas	64.119	52.886
Despesas de representação	58.741	46.562
Outros	129.973	115.065
	<u>1.541.014</u>	<u>881.108</u>

18. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais	12.000	150.232
Remunerações do pessoal	2.258.671	1.949.933
Desreconhecimento de responsabilidades com pensões (Nota 14):		
. Responsabilidades do plano de contribuições complementares	(151.092)	-
. Responsabilidades de pensionistas não abrangidos pelo plano	(37.947)	-
Encargos sobre remunerações	536.615	503.978
Indemnizações	7.500	15.000
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	10.637	9.407
Outros	618.283	580.952
	<u>3.254.667</u>	<u>3.209.502</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Sociedade manteve ao seu serviço, em média, 65 e 64 colaboradores, respetivamente.

19. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS / GASTOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2016	2015
<u>Outros rendimentos e ganhos:</u>		
Subsídios à exploração	16.572	4.514
Diferenças de câmbio favoráveis	1.967	633
Outros rendimentos e ganhos	1.673	863
	<u>20.212</u>	<u>6.010</u>
<u>Outros gastos e perdas:</u>		
Impostos	123.095	95.837
Outros gastos e perdas	18.147	27.912
	<u>141.242</u>	<u>123.749</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Outros gastos e perdas – Impostos" respeita, essencialmente, a Imposto do Selo suportado pela Sociedade, o qual está associado às comissões recebidas durante os respetivos exercícios.

20. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Juros sobre financiamentos concedidos a empresas do Grupo (Nota 10)	27.477	16.636
Juros de depósitos em instituições de crédito	-	175
	<u>27.477</u>	<u>16.811</u>

21. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama, cuja taxa agregada nos exercícios de 2016 e 2015 é de 22,5%. Adicionalmente, os lucros tributáveis estão sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do Código do IRC, de acordo com os seguintes intervalos: (i) 1.500.000 euros e 7.500.000 euros, aplicando-se a taxa de 3%; (ii) 7.500.000 euros e 35.000.000 euros, aplicando-se a taxa de 5%; e (iii) superiores a 35.000.000 euros, aplicando-se uma taxa de 7%.

Adicionalmente, de acordo com o enquadramento fiscal atualmente em vigor, os encargos suportados com viaturas ligeiras de passageiros passaram a estar sujeitos a tributação autónoma a diferentes taxas, consoante o respetivo custo de aquisição das viaturas a que os mesmos respeitam. Assim, todas as despesas suportadas com veículos cujo custo de aquisição seja igual ou inferior ao 25.000 euros são tributadas autonomamente à taxa de 10%, se aquele custo for maior que 25.000 euros mas inferior a 35.000 euros será aplicada a taxa de 27,5%, por fim, se os encargos suportados com viaturas ligeiras de passageiros cujo valor de aquisição exceda os 35.000 euros será aplicada uma taxa de tributação de 35%. No que respeita às despesas de representação a tributação autónoma é de 10%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade nos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da Sociedade entende que eventuais correções resultantes de revisões por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

O Imposto sobre o Rendimento (IRC), contabilizado nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontra-se corrigido pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, de acordo com o disposto na NCRF 25 – Impostos sobre o rendimento.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o gasto com impostos sobre o rendimento é detalhado como segue:

	2016	2015
Imposto corrente do exercício	458.231	588.214
Imposto diferido do exercício (Nota 7)	5.953	(2.371)
(Excesso)/insuficiência de estimativa de imposto de anos anteriores	-	(4.458)
	<u>464.184</u>	<u>581.385</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a reconciliação do imposto corrente do exercício é conforme segue:

	2016	2015
Resultado antes de impostos	1.828.024	2.232.477
Taxa nominal de impostos	22,5%	22,5%
Imposto à taxa nominal	411.305	502.307
Diferenças:		
Diferenças temporárias (i)	6.535	2.093
Diferenças permanentes (ii)	(26.059)	(853)
Tributações autónomas	59.213	62.528
Derramas	7.237	22.140
Imposto corrente do exercício (Nota 9)	<u>458.231</u>	<u>588.214</u>

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as diferenças temporárias podem ser resumidas como segue:

	2016	2015
Reforços / (Reversões) registados com provisões (Nota 13)	66.990	12.000
Pagamento ou colocação à disposição de pensões (Nota 14)	(37.947)	(2.700)
	29.043	9.300
Taxa nominal de imposto	22,5%	22,5%
	6.535	2.093

(ii) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estes montantes tinham a seguinte composição:

	2016	2015
Benefícios fiscais	(33.495)	(35.491)
(Reposição)/reforço de imparidade e provisões, líquido	(113.096)	(3.741)
Seguros de vida, doença e acidentes pessoais	7.246	6.294
Despesas não dedutíveis	23.275	28.935
Outros, líquidos	254	211
	(115.816)	(3.792)
Taxa nominal de imposto	22,5%	22,5%
	(26.059)	(853)

Nos exercícios de 2016 e 2015, os benefícios fiscais incluídos no quadro anterior dizem maioritariamente respeito a criação líquida de emprego e atribuição de cheques creche aos colaboradores.

22. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

Nos termos do n.º1 do Artigo 4º da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, de 30 de dezembro, as demonstrações financeiras devem incluir a seguinte informação, desagregada por alínea respetiva do artigo supra referido:

a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações

Esta informação é divulgada pela Sociedade nas Notas 3.6 e 3.7.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo

As remunerações recebidas pela Sociedade durante os exercícios de 2016 e 2015 são em numerário, encontrando-se a respetiva desagregação, por tipo de remuneração, apresentada na Nota 16 – Serviços prestados.

c) Total de remunerações relativas aos contratos de seguro intermediados desagregados por ramo e por origem

As remunerações recebidas pela Sociedade, nos exercícios de 2016 e 2015 apresentam a seguinte composição:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes expressos em euros)

	2016		
	Ramo		Total
	Vida	Não vida	
Comissões			
Empresas de Seguros	155.001	6.266.936	6.421.937
Outros Mediadores	-	381.281	381.281
Honorários			
Clientes (Nota 16)	-	691.229	691.229
	<u>155.001</u>	<u>7.339.446</u>	<u>7.494.447</u>
	2015		
	Ramo		Total
	Vida	Não vida	
Comissões			
Empresas de Seguros	132.500	4.849.737	4.982.237
Outros Mediadores	-	394.891	394.891
Honorários			
Clientes (Nota 16)	-	797.549	797.549
	<u>132.500</u>	<u>6.042.177</u>	<u>6.174.677</u>

Os montantes de comissões apresentados no quadro acima correspondem a recibos emitidos durante os exercícios de 2016 e 2015.

d) Níveis de concentração

Nos exercícios de 2016 e 2015, nenhuma entidade (empresa de seguros, mediadores ou clientes) representou mais do que 25% dos proveitos totais recebidos pela Sociedade.

e) Valores das contas clientes

Os valores das contas de depósitos à ordem relativas a fundos recebidos de clientes (Nota 4) e a sua movimentação durante os exercícios de 2016 e 2015 são apresentados como segue:

Saldo conta "Clientes" em 31 de dezembro de 2014	<u>1.128.904</u>
Movimento do ano (débito)	51.087.665
Movimento do ano (crédito)	(50.459.832)
Saldo conta "Clientes" em 31 de dezembro de 2015 (Nota 4)	<u>1.756.737</u>
Movimento do ano (débito)	63.789.141
Movimento do ano (crédito)	(64.168.067)
Saldo conta "Clientes" em 31 de dezembro de 2016 (Nota 4)	<u>1.377.811</u>

f) Valores das contas a receber e a pagar

Esta informação encontra-se detalhada, relativamente aos valores a receber, na Nota 8 – Clientes e outras contas a receber. A desagregação por origem dos valores a pagar encontra-se detalhada na Nota 15 – Fornecedores e outras contas a pagar.

g) Desagregação dos valores a receber e a pagar

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos brutos das contas a receber e as contas a pagar podem ser desagregadas da seguinte forma:

	2016		2015	
	Contas a receber - Clientes (Nota 8)	Contas a pagar - Seguradoras - (Nota 15)	Contas a receber - Clientes (Nota 8)	Contas a pagar - Seguradoras (Nota 15)
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	-	1.355.961	-	1.264.615
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	2.597.121	2.597.121	2.287.165	2.287.165
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	(404.803)	-	(181.708)	-
Remunerações respeitantes a prémios de seguro:				
· Já cobrados	-	(154.731)	-	(150.415)
· Por cobrar	-	(281.864)	-	(114.795)
Outros valores:				
· Honorários devidos à Sociedade por prestação de serviços em consultoria de seguros	305.989	-	194.453	-
· Recibos cobrados, em processamento pela Sociedade	(957.179)	(865.162)	(916.415)	(826.422)
· Recebimentos de clientes no final do ano, ainda não processados	(164.466)	-	(299.572)	-
· Outros valores	17.883	(53.819)	(39.039)	138.302
	<u>1.394.545</u>	<u>2.597.506</u>	<u>1.044.883</u>	<u>2.598.450</u>

h) Antiguidade e classificação dos valores a receber

A antiguidade das contas a receber vencidas à data de 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como da imparidade registada pela Sociedade, é apresentada como segue:

	2016		2015	
	Valores a receber	Imparidade	Valores a receber	Imparidade
Até 1 mês	244.170	-	91.497	-
De 1 a 3 meses	108.754	-	112.330	-
De 3 a 6 meses	12.625	-	51.708	105
	<u>365.549</u>	<u>-</u>	<u>255.535</u>	<u>105</u>
De 6 meses a 1 ano	24.199	12.100	10.891	2.795
Entre 1 e 2 anos	15.630	110	18.591	17.091
Superior a 2 anos	16.605	16.605	1.037	286
	<u>56.434</u>	<u>28.815</u>	<u>30.519</u>	<u>20.172</u>
	<u>421.983</u>	<u>28.815</u>	<u>286.054</u>	<u>20.277</u>

i) Descrição de obrigações contingentes

Esta informação encontra-se detalhada nas Notas 13 – Provisões e 14 – Responsabilidades por benefícios pós-emprego.

Nos termos do n.º 2 do Artigo 4º da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, de 30 de dezembro, a Sociedade, enquanto corretor de seguros, deve ainda divulgar a seguinte informação:

- a) Empresas de seguros cujas remunerações pagas à Sociedade representem pelo menos 5% do total das remunerações auferidas

As remunerações relativas a comissões auferidas pela Sociedade apresentam a seguinte composição:

	2016			
	Ramo		Total	%
	Vida	Não vida		
Fidelidade	12.033	1.449.723	1.461.756	22,76%
Allianz	5.600	697.064	702.664	10,94%
Generali	-	614.942	614.942	9,58%
Cosec	-	491.703	491.703	7,66%
Açoreana	1.158	442.857	444.015	6,91%
Zurich	-	383.873	383.873	5,98%
Tranquilidade	-	297.477	297.477	4,63%
Lusitânia	-	294.036	294.036	4,58%
Outros inferiores a 4%	136.210	1.595.261	1.731.471	26,96%
Total	155.001	6.266.936	6.421.937	100,00%

	2015			
	Ramo		Total	%
	Vida	Não vida		
Fidelidade	3.835	1.056.148	1.059.983	21,28%
Generali	-	521.635	521.635	10,47%
Açoreana	1.270	471.625	472.895	9,49%
Allianz	7.211	420.294	427.504	8,58%
Zurich	-	335.491	335.491	6,73%
Mapfre	-	239.362	239.362	4,80%
Lusitânia	-	231.517	231.517	4,65%
Tranquilidade	-	214.063	214.063	4,30%
Outros inferiores a 4%	120.184	1.359.602	1.479.786	29,70%
Total	132.500	4.849.737	4.982.237	100,00%

Os montantes apresentados nos quadros acima correspondem a recibos emitidos durante os exercícios de 2016 e 2015, independentemente da data de início de cobertura. Adicionalmente, não são incluídos valores relativos a resseguro.

- b) Valor total de fundos recebidos com vista a serem transferidos para empresas de seguros que não tenham outorgado à Sociedade poderes para o recebimento em seu nome

Nos exercícios de 2016 e 2015, a Sociedade não recebeu fundos com as características mencionadas acima.

23. OUTROS ASSUNTOS

O artigo 19, n.º 1, alínea d), do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho, prevê que cada corretor de seguros disponha de garantia bancária ou de seguro de caução destinado à cobertura do pagamento "de créditos dos tomadores de seguros, segurados ou beneficiários face ao corretor e que respeitem aos fundos que lhe foram confiados com vista a serem transferidos para essas pessoas" e "de créditos dos clientes face ao corretor, resultantes de fundos que este recebeu com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios" relativamente aos quais o corretor não tenha entregue simultaneamente o recibo de prémio emitido pela empresa de seguros.

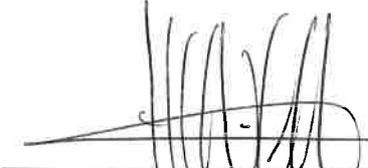
Tais instrumentos deverão ter um valor mínimo correspondente a 18.760 euros ou, se superior, a 4% sobre a totalidade dos fundos confiados ao corretor de seguros pelos tomadores de seguros para serem entregues às seguradoras, e por estas para serem entregues aos tomadores de seguros, segurados ou beneficiários, durante o exercício económico precedente. Excluem-se aqueles relativamente aos quais foram outorgados poderes ao corretor de seguros, pela empresa de seguros, para o recebimento em seu nome.

Para este efeito, a Sociedade dispõe de uma apólice de seguro de caução prestada pela AXA, pelo valor mínimo acima mencionado, com início em 1 de janeiro de 2015 e automaticamente renovável por períodos de 1 ano.

O Conselho de Administração:



(Nuno Alberto de Brito e Cunha)
(Presidente)



(Hugh Crispin Stilwell)
(Vice-Presidente)



(António José Gomes de Madureira)



(Antonio Serrats Inarte)



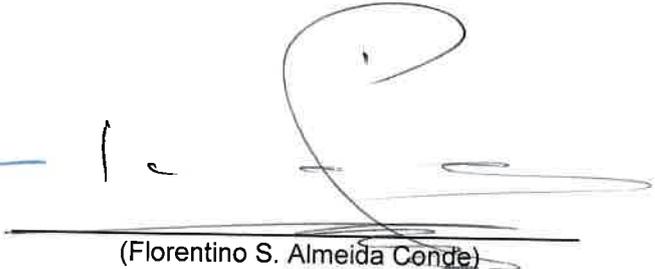
(Jaime Castellanos Borrego)



(Enrique Santos Pereira)



(Jaime Roque de Pinho D'Almeida)



(Florentino S. Almeida Conde)

O Contabilista Certificado:



(Eulália Maria Machado Gomes)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Willis – Corretores de Seguros, S.A., que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 6.640.811 euros e um total de capital próprio de 2.083.840 euros, incluindo um resultado líquido de 1.363.840 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Willis – Corretores de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

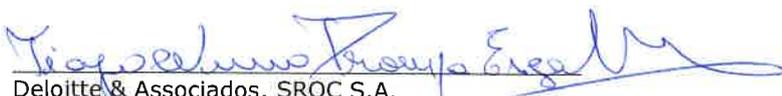
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Sociedade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 12 de abril de 2017



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Tiago Nuno Proença Esgalhado